

estão chamados à unidade e à comunhão. A solidariedade pressupõe uma lógica que valorize a comunidade e dê prioridade à vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. A solidariedade é uma reacção espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens.

O QUE FAZER?

- Disponibilize tempo para a leitura desta ficha com outros membros da comunidade.
- Identifique exemplos da nossa vida quotidiana que se relacionem com cada um destes princípios.
- Responda às questões: Quais as condições que temos no nosso País que favorecem o nosso crescimento como pessoas? Quais são aquelas que ainda nos faltam e pelas quais devemos lutar?

MOMENTO DE ORAÇÃO

Coloquemo-nos na presença do Senhor, voltemos a ler o texto bíblico que abre este documento e perguntemo-nos, Lhe perguntemos: Senhor, como fazer para que a nossa fé não seja uma fé morta? Escutemos o que Ele tem para nos dizer.

Pai Nosso...

“Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efectivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum” (EG 205).



3 OS PRINCÍPIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

“De que aproveita, irmãos, que alguém diga que tem fé, se não tiver obras de fé? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: «Ide em paz, tratai de vos aquecer e de matar a fome», mas não lhes dais o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se ela não tiver obras, está completamente morta” (Tiago 2,14-17).

INTRODUÇÃO

Uma vez colocado o alicerce ou fundamento a partir do qual a Igreja olha e analisa a realidade, é preciso saber agora quais são os princípios, os pilares, as colunas sobre os quais se constrói o pensamento social da Igreja. Todos eles estão alicerçados na dignidade humana. Estes princípios não são arbitrários nem relativos, isto é, não são invenção da Igreja nem dependem dos lugares ou das pessoas que têm a função de a governar. Estes princípios emanam do Evangelho e do fim último do ser e da sociedade humana. Eles, porém, são históricos, ou seja, concretizam-se mediante as diversas situações temporais e geográficas. Se forem respeitados, a dignidade humana será salvaguardada. Por isso, se houver algum atropelo à dignidade humana, a Igreja tem o dever de perguntar e de questionar sobre o respeito destes princípios.

O BEM COMUM

Muitos falam hoje do Bem Comum, mas é bom estarmos atentos para sabermos do que se está a falar. Falando de bens, podemos distinguir entre bens públicos ou privados. Com certeza, o Bem Comum faz parte do bem

público, mas não são sinónimos. O Bem Comum não é, unicamente, as infraestruturas de uma sociedade (estradas, hospitais, escolas...). A atenção pública em todos os organismos da sociedade é também um bem público, assim como os espaços de recreação e lazer (praia, desporto, teatro, música e dança...). Tudo isto inclui o Bem Comum, mas não o esgota. De que serviria termos boas estradas, escola, boa educação, lindas praias, sermos os primeiros no futebol... e não termos liberdade de pensar, de falar e de agir? Por isso, o Bem Comum é o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição ou desenvolvimento integral e pleno.

Assim, podemos dizer que o Bem Comum é mais do que a simples soma dos bens particulares. É aquilo que eu preciso e todos precisam para crescermos como pessoas. É a dimensão social e comunitária do bem moral.

Cada um de nós é responsável por procurar e estabelecer as referidas condições de vida social e responsável pelo seu próprio desenvolvimento como pessoa, mas, de maneira especial, o Governo de um País é quem deve favorecer as referidas condições aos cidadãos. De facto, a procura do Bem Comum é a razão de ser da autoridade política.

O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

Qualquer pessoa que olha com um coração recto, pode perceber que Deus não criou o mundo com fronteiras e propriedades privadas. Estas são criação nossa. Deus deu a terra e todos os bens da criação a todo o género humano, para que sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém. Todo ser humano deve ter a possibilidade de usufruir do bem-estar necessário para o seu pleno desenvolvimento. Sendo assim, devemos pensar que o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado ao destino universal dos bens. É um direito relativo, não absoluto, pelo que depende do uso que se faça dos bens. É imoral toda forma de acumulação exagerada que não tenha uma função social.

Uma sociedade que pretende ser justa não pode permitir uma desigual distribuição dos bens da criação. É escandalosa, por exemplo, a diferença de salários que existe entre a classe política e a maioria dos cidadãos. É ofensivo que muitos daqueles que deviam servir o Estado acumulem riquezas para usufruto pessoal servindo-se do Estado.

SUBSIDIARIEDADE

Respeitar a dignidade da pessoa exige deixar que ela possa se exprimir espontaneamente de maneira responsável e criativa. Cada um é, pessoal e grupalmente, quem é e deve ser protagonista do seu próprio crescimento social. Isto significa que as autoridades precisam de apoiar e de colaborar para que os grupos de cidadãos organizados se possam responsabilizar na realidade política e social do País sem restringir, limitar ou inibir. Aquilo que o cidadão pode fazer por si próprio, não deve ser feito pelas autoridades. Pelo contrário, estas devem promover, apoiar e incentivar a iniciativa dos cidadãos. Este princípio de subsidiariedade está em contraste com formas de centralização, de burocratização e de assistencialismo.

Receber ajuda do Estado em troca de votos ou para realizar aquilo que o Governo quer, são formas de manipulação e não responde ao princípio de subsidiariedade.

PARTICIPAÇÃO

A participação é um dever a ser conscientemente exercitado por todos, de modo responsável e em vista do bem comum. É um dever e um direito. Toda democracia deve ser participativa. Sem ela não há democracia. A participação na vida social é uma das colunas e uma das maiores garantias de permanência da democracia. Quando um Governo não informa, ouve e envolve os cidadãos nas tomadas de decisão, a democracia é uma fachada e corre-se o risco de provocar uma rebelião popular.

O Governo de um Estado Democrático tem de saber que são delegados do povo para velar pelo bem comum e não podem prescindir do povo que confiou neles, abusando do poder que lhes foi confiado para se impor ao povo. Por outro lado, os cidadãos não podem desligar-se do exercício de cidadania depois de terem votado em eleições. Num sistema democrático é sempre o povo quem detém o poder.

SOLIDARIEDADE

Solidariedade significa muito mais do que alguns actos esporádicos de generosidade. Parte da convicção de que nada somos sem os outros. O outro faz parte de mim; o outro é um outro “eu”. Por isso, somos iguais em dignidade e direitos. Somos interdependentes, ou seja, todos dependemos uns dos outros. Por isso, pessoas, povos e nações, por mais diferentes que sejam,